

América Latina teve papel ativo nos debates climáticas como peça importante nas soluções da agenda climática em um mundo de incertezas e conflitos geopolíticos

A agenda climática deixou a seara das pautas apartadas para se consolidar como o novo pilar de competitividade, atração de capital e infraestrutura econômica global. Essa é a principal avaliação de Ricardo Assumpção, sócio líder de sustentabilidade e CSO LATAM da EY, que esteve na London Climate Week Action, em junho.

O executivo detalha como a urgência climática — materializada por uma onda histórica de calor na capital britânica — está redesenhando as cadeias de valor, abrindo uma janela de oportunidade inédita para o Brasil "vender" seus ativos integrados e transformando discussões de sustentabilidade em pautas obrigatórias para CEOs e CFOs.

Além disso, o cenário global fragmentado por tensões geopolíticas e barreiras comerciais, coloca holofote na América Latina e, em especial, o Brasil como possíveis líderes naturais na transição para uma economia de baixo carbono.

Ao contrário de edições anteriores, o protagonismo migrou das discussões isoladas sobre o meio ambiente para a prática de projetos "investíveis". Para Assumpção, o Brasil vive um momento de pujança no mercado de carbono e na integração de seus ativos naturais, mas precisa acelerar o passo: "Neste momento, precisamos de menos promessa e mais entrega".

Confira abaixo a entrevista na íntegra.

1) Quais foram as principais mensagens dessa edição do evento?

Ricardo: O eixo central dessa London Climate Week foi que a agenda climática não entra só na agenda de risco, mas na agenda de negócios, de competitividade e de capital. Ela sai definitivamente daquela lógica que a gente viu nos últimos anos de serem apenas compromissos para temas que são fundamentais como resiliência, financiamento seguro e mercado de carbono, por exemplo. E, no final, tudo isso é infraestrutura econômica para a transição.

A gente vê o clima ser infraestrutura econômica para a transição. Lá em Londres, tivemos uma onda de calor bem grande, que trouxe ainda mais materialidade para debatermos sobre o clima. Deu para ver, na prática, os impactos físicos do calor. Isso afetou desde os trilhos dos trens que dilataram e impactaram no funcionamento até a saúde e a produtividade das pessoas. No geral, isso é bem característico do que o clima faz com a economia.

Tivemos um desenho da nova fase da agenda climática, que é, definitivamente, uma agenda de ação, precificação de risco e mobilização do capital, remunerando o capital, protegendo os ativos e mantendo as empresas que investirem nisso mais competitivas.

2) Quais foram os temas bem endereçados e quais pontos ficaram de fora?

Ricardo: O que mais vimos foram discussões sobre financiamento, resiliência, seguros, ativos que são seguráveis, mercado de carbono, energia. E, sobre todas elas, tivemos insights sobre qual vai ser o papel da IA nessas frentes. Também tivemos menos foco em frameworks e mais na prática em si de projetos 'investíveis', com risco alocado, retorno mensurável e escala em setor.

Citando alguns temas bem endereçados, a conexão entre clima e economia está muito clara, principalmente sob o aspecto do que um ativo precisa ter para ser assegurado do ponto de vista de seguro, além do custo do capital para a agenda do clima. Temos que pensar em 'quais são os instrumentos que vão remunerar bem o dinheiro na agenda do clima?'. Outro tema foi mercado de carbono, mas com menos foco no volume de créditos disponíveis no mercado, e mais na parte de rastreabilidade, demanda, regra de uso e como a política pública afeta isso.

Pensando no que faltou, podemos citar que tivemos poucas discussões dos pipelines bancários, ou seja, como é que a gente reduz o custo de capital, principalmente para o sul global, que ainda tem um custo alto por conta dos juros, como o Brasil, por exemplo. Mais um pouco que precisamos endereçar melhor é como as pequenas e médias empresas, que fazem parte das grandes cadeias, vão entrar em definitivo no jogo.

3) De que forma as questões geopolíticas impactam nas negociações climáticas?

Ricardo: Os impactos são no coração das negociações. Primeiro, porque a energia limpa passou a ser, por um lado positivo, uma agenda de segurança energética, soberania industrial e competitividade.

Segundo, porque as políticas industriais, de subsídio, tarifa, barreira comercial vão reorganizando as regras do jogo. Ou seja, as empresas passam a não ir para o mais barato, e sim para o mais seguro, mais resiliente, e isso envolve sustentabilidade.

Terceiro é que existe uma tensão grande entre o Norte e o Sul Global, principalmente na parte de destino do dinheiro, adaptação e transferência de tecnologia.

Agora, o fato é que a América Latina tem uma vantagem enorme: ela está fora dos conflitos e está muito mais próxima do lado da solução. Se a gente pensar que a agenda de clima é uma agenda de economia e de segurança, este momento pode ter um holofote importante para nossa região.

4) Como o Brasil está posicionado diante das principais pautas? E como você percebe o engajamento da iniciativa privada brasileira?

Ricardo: O Brasil está bem posicionado e, pela primeira vez, a gente consegue mostrar a nossa habilidade de combinar os ativos naturais nas quatro agendas centrais: natureza, agricultura, energia limpa e mercado de carbono. Antes, não conseguíamos combinar esses ativos para 'vender o Brasil'. Hoje, o cenário mudou e qual é a vantagem disso? A gente consegue, por exemplo, mostrar para o mundo que temos capacidade de estruturar políticas de longo prazo e isso reduz risco e custo de capital.

A agenda privada brasileira está muito mais engajada, principalmente finanças, seguro, agro, mineração. Conseguimos mostrar o papel do Brasil como exportador de commodity, por um lado, mas também como exportador de produtos de baixo carbono, usando a matriz energética para se reindustrializar. As grandes empresas já entenderam que isso é uma baita oportunidade.

Claro que a gente ainda precisa colocar isso implementado nas cadeias como um todo, mas o Brasil está muito bem posicionado. A gente precisa, nesse momento, de menos promessa e mais entrega.

5) Tivemos avanços em relação ao mercado de carbono? E como o Brasil pode se beneficiar disso?

Ricardo: Tivemos sim e, principalmente não tivemos grandes mudanças, o que significa que estamos trabalhando para consolidar o que temos. Pela primeira vez, presenciei um debate real de uma certificadora brasileira com fungibilidade, com apoio dos bancos brasileiros e refletindo a realidade do mercado brasileiro.

Com esse amadurecimento, o foco passa a ser não só geração de ação de crédito de carbono, mas também de instrumentos e infraestrutura para você conseguir dar confiança e reconhecimento para esse mercado também, o que é altamente relevante para o Brasil.

Falamos muito sobre mensuração, rastreabilidade, como ter ativos segurados, mas o ponto alto é estabelecer uma governança. Quando a gente fala de mercado de carbono, a gente está falando de um conjunto de coisas: o SBCE (Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões), o mercado formal, além do mercado voluntário.

Então, o Brasil tem alguns anos de pujança para se posicionar como líder no mercado de carbono global, que é o instrumento mais conhecido para conseguirmos entrar numa economia real de baixo carbono.

6) A natureza e os ativos naturais continuam como temáticas centrais na agenda?

Ricardo: Sim, mas o que eu mais gostei é que a discussão de clima e natureza não foi protagonista. Isso significa que o protagonismo ficou na discussão de negócio, setores, alocação de capital, retorno e como o clima impacta tudo isso. Então, não foram discussões isoladas de clima e de natureza, foram discussões integradas. A discussão passou muito mais por segurança hídrica, segurança alimentar, segurança energética, oportunidades de investimento e clima como a alavanca de adicionar ou destruir valor.

7) A inteligência artificial tem sido a grande pauta dos últimos anos. Como a IA foi integrada às discussões do evento?

Ricardo: Sobre a IA, temos duas dimensões muito grandes: a primeira é como uma ferramenta para acelerar as soluções de modelagem climática, análise de risco físico, rastreabilidade de cadeia, eficiência energética e, claro, uma transformação completa na parte de reporting e de accountability. Tudo isso é fundamental para a tomada de decisão. Então, a IA vem como uma alavanca para melhorar muito a qualidade dos dados e velocidade para a tomada de decisão.

A segunda é o vetor de impacto. Os data centers consomem energia, água e território de uma forma absurda. Dessa forma, teve muita conversa em relação à isso, o tipo de governança que a gente precisa estruturar e como é que a gente consegue criar projetos que ajudam os clientes a serem mais eficientes nesses temas, o que também é uma ótima oportunidade para a EY.

8) Considerando os desdobramentos da LCAW, como a EY pode dar suporte aos seus clientes considerando o cenário atual e as tendências?

Ricardo: E, emendando com essa questão, hoje, mais do que nunca, a EY tem uma oportunidade enorme de ajudar os clientes a entenderem como é que os investimentos feitos em sustentabilidade estão retornando e impactando o balanço e o caixa da empresa. Trata-se de uma conversa que tem que sair do CSO e ir para o CFO e para o CEO. E, mais do que nunca, isso vai acontecer.

Como eu falei, as discussões não podem mais girar em torno de clima e de natureza, elas têm que girar em torno dos negócios e como esses negócios são impactados por clima e por natureza. O papel da EY é ajudar os clientes a saírem da sustentabilidade como obrigação e entrarem na sustentabilidade porque é uma infraestrutura econômica de geração de valor e garantia de competitividade.

Fonte: Agência EY, em 15.07.2026.